



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA
CAMPUS CAMPINA GRANDE

CONTRATO N.º 02/2015

TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 02/2015, QUE FAZEM ENTRE SI A UNIÃO FEDERAL POR INTERMÉDIO DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA - **CAMPUS CAMPINA GRANDE** E A **EMPRESA ZELO LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA EIRELI** PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTINUADOS.

Ao 01 de julho de 2015, a União, por intermédio do Campus de Campina Grande do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba, doravante denominada apenas IFPB – Campus Campina Grande, inscrita no CNPJ sob nº 10.783.898/0003-37, situada na Av. Tranquilino Coelho Lemos, 671, Dinamérica – Campina Grande - CEP 58.432-300 – Campina Grande/PB, representada pelo Diretor Geral José Albino Nunes, e do outro lado a empresa ZELO LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA EIRELI, inscrita no Cadastro Geral de Contribuinte do Ministério da Fazenda sob o nº 10.339.944/0001-41, estabelecida na rua Joaquim Gonçalves Lêdo, 75, Bairro Santa Rosa, Campina Grande, Estado da Paraíba, neste ato designada Contratada, representada por Bruno Gonçalves Costa, CPF nº 029.905.964-29 e carteira de identidade nº 2314170 SSP/PB, resolvem de comum acordo, celebrar o presente **CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TERCEIRIZADOS**, resultante da **Dispensa de Licitação nº 07/2015**, daqui por diante, denominada simplesmente **Contratada**, resolvem firmar o presente **CONTRATO**, elaborado de acordo com a minuta examinada pela Procuradoria ao qual se aplicam o disposto no parágrafo único do artigo 38 da Lei nº 8.666/93, e em conformidade com o constante no processo nº 23325.002996.2015-15, nos termos das Leis nº 10.520 de 17 de julho de 2002 e nº 8.666 de 21 de junho de 1993, dos Decretos nº 2.271 de 07 de Julho de 1997, nº 3.722 de 09 de janeiro de 2001 com as alterações impostas pelo Decreto nº 4.485 de 25 de novembro de 2002, Decreto nº 5.450 de 31 de maio de 2005, Decreto 7.892, de 23 de janeiro de 2013, da Instrução Normativa MARE nº 02 de 11/10/2010, Instrução Normativa MPOG/SLTI nº 02 de 30/04/2008, Instruções Normativas MPOG/SLTI nº 02 de 16/09/2009, nº 03 de 15/10/2009, nº 04 de 11/11/2009, nº 05 de 17/12/2009 e nº 01 de 19/01/2010, além do disposto na Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006 e demais disposições legais pertinentes e, ainda, pelo estabelecido neste Termo de Referência e seus Anexos, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 – O objeto deste instrumento contratual consiste na contratação de empresa especializada na prestação de serviços de apoio administrativo, referente à terceirização de mão de obra,

para atender as necessidades do *Campus* Campina Grande do IFPB, em caráter emergencial, tendo em vista a rescisão do contrato anterior com base no artigo 24, inciso IV:

| Categoria | Quantidade | C H SEMANAL (PESSOAL) | SALARIO BASE MENSAL | Valor Unitário R\$ | Valor Mensal R\$ |
|-------------------------|------------|-----------------------|---------------------|--------------------|----------------------|
| Porteiro | 4 | 12x36 | 800,00 | R\$ 1.920,77 | R\$ 7.683,08 |
| Recepcionista | 10 | 44 | 824,00 | R\$ 1.990,31 | R\$ 19.903,10 |
| Jardineiro | 4 | 44 | 824,00 | R\$ 1.990,31 | R\$ 7.961,24 |
| Motorista | 3 | 44 | 1.258,00 | R\$ 2.870,63 | R\$ 8.611,89 |
| Copeiro | 2 | 44 | 800,00 | R\$ 1.941,63 | R\$ 3.883,26 |
| Eletricista | 1 | 44 | 852,00 | R\$ 2.582,95 | R\$ 2.582,95 |
| Bombeiro Hidráulico | 1 | 44 | 852,00 | R\$ 2.047,11 | R\$ 2.047,11 |
| Técnico em Refrigeração | 1 | 44 | 852,00 | R\$ 2.047,11 | R\$ 2.047,11 |
| Marceneiro | 1 | 44 | 852,00 | R\$ 2.047,11 | R\$ 2.047,11 |
| Pedreiro | 1 | 44 | 852,00 | R\$ 2.047,11 | R\$ 2.047,11 |
| Pintor | 1 | 44 | 852,00 | R\$ 2.047,11 | R\$ 2.047,11 |
| TOTAL | | | | | R\$ 60.861,07 |

1.2 – Este Termo de Contrato vincula-se ao Processo de Dispensa de Licitação identificado no preâmbulo acima, e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO AMPARO LEGAL DA CONTRATAÇÃO

2.1 – A presente contratação é decorrente do Edital de Dispensa de Licitação nº 07/2015 do IFPB – Campus Campina Grande.

2.2 – Fazem parte integrante deste Contrato, independente de sua transcrição, o Termo de Referência e demais anexos, bem como a Proposta da Contratada, datada de 19/06/2015, seus anexos e demais elementos constantes do referido processo.

2.3 – Incumbirá à Contratada providenciar o implemento dos postos de trabalho, no máximo em 05 (cinco) dias úteis do recebimento da Autorização de Execução (AE) nos endereços constantes no **item 5 – Locais de Execução dos Serviços** do Termo de Referência do Anexo I.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA

3.1 – O contrato vigorará a partir da data de sua assinatura pelo **PRAZO DE ATÉ 3 (TRÊS) MESES**, de 01.07.2015 a 01.10.2015, podendo ser prorrogado por mais **3 (TRÊS) MESES**.

3.2 – Por se tratar de Dispensa em Caráter Emergencial, o contrato poderá ser rescindido a qualquer momento sem que haja reclamações por parte da contratada, desde que seja concluído o Pregão Eletrônico 16/2015, do IFPB – Campus Campina Grande, em andamento, referente à contratação de empresa para prestação de serviços terceirizados.

3.4 – O início da efetiva prestação de serviços e pagamento será **a partir de 01/07/2015**, mediante Autorização de Execução.

CLÁUSULA QUARTA – DA VALIDADE

4.1 – O presente contrato só terá validade depois de aprovado pelo Diretor Geral do Campus de Campina Grande (Órgão Gerenciador).

CLÁUSULA QUINTA – DA EFICÁCIA



5.1 – O presente contrato só terá eficácia depois de publicado o seu extrato no Diário Oficial da União.

5.2 – Incumbirá à Contratante providenciar, a suas expensas, a publicação, no Diário Oficial da União, do extrato do contrato e de eventual termo aditivo.

CLÁUSULA SEXTA – DO PREÇO

6.1 – O preço mensal da prestação dos serviços será de R\$ 60.861,07 (sessenta mil, oitocentos e sessenta e um reais e sete centavos);

6.2 – O valor global do contrato, para 03 (três) meses é de R\$ 182.583,21 (cento e oitenta e dois mil, quinhentos e oitenta e três reais e vinte e um centavos).

6.3 – No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, insalubridade, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, insumos direto, lucro, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

7.1 – As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de 2015.

Gestão/Unidade: 26417

Fonte: 0112000000

Programa de Trabalho: 088459

Elemento de Despesa: 339037

PI: L20RLP01SAN

7.2 – No(s) exercício(s) seguinte(s), as despesas correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro.

CLÁUSULA OITAVA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

8.1 – A CONTRATADA, na assinatura deste Termo de Contrato, prestou garantia no valor de **R\$ 9.129,16** (nove mil, cento e vinte e nove reais e dezesseis centavos), na modalidade de seguro-garantia, correspondente a **5% (cinco por cento)** de seu valor total, observadas as condições previstas no Edital.

CLÁUSULA NONA – REGIME DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E FISCALIZAÇÃO

9.1 – O regime de execução dos serviços a serem executados pela CONTRATADA, e a fiscalização pela CONTRATANTE são aqueles previstos no Termo de Referência, anexo I do Edital.

CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA


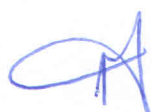
10.1 – As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são aquelas previstas no Termo de Referência.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1 – As sanções relacionadas à execução do contrato são aquelas previstas no Termo de Referência.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – PAGAMENTO

12.1 – O prazo para pagamento à CONTRATADA e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência.



CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – RESCISÃO

13.1 – O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

13.2 – Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

13.3 – A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

13.4 – O termo de rescisão, sempre que possível, deverá indicar:

13.4.1 – Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.4.2 – Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.4.3 – Indenizações e multas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – VEDAÇÕES

14.1 – É vedado à CONTRATADA:

- – Caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;

14.1.2 – Interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

- – Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

- – A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

- – As supressões, resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes, poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA CONTA CORRENTE GARANTIA PARA QUITAÇÃO DE OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

16.1 – As provisões realizadas pela contratante para o pagamento dos encargos trabalhistas, em relação à mão de obra da contratada, serão destacadas do valor mensal do contrato e depositadas em conta garantia aberta em nome da contratada no Banco do Brasil, bloqueada para movimentação, observadas as condições e os percentuais previstos no Edital.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DOS CASOS OMISSOS

17.1 – Fica estabelecido que, caso venha ocorrer algum fato não previsto neste instrumento, os chamados casos omissos, estes deverão ser resolvidos entre as partes contratantes, respeitados o objeto deste instrumento, a legislação e demais normas reguladoras da matéria, em especial a **Lei nº 8.666 de 1993**, aplicando-lhe, quando for o caso, supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições do Direito Privado.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

18.1 – Na contagem dos prazos estabelecidos neste instrumento, exclui-se o dia do início e inclui-se o do vencimento e considerar-se-ão dias consecutivos, observando-se que só se iniciam e vencem os prazos em dia de expediente normal do Campus de Campina Grande do IFPB.

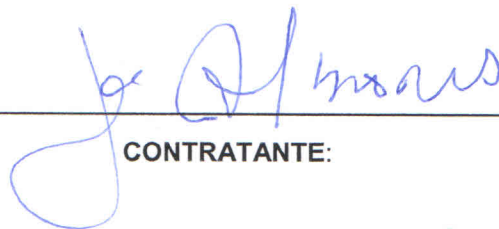
CLÁUSULA DÉCIMA NONA – PUBLICAÇÃO

19.1 – Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666 de 1993.

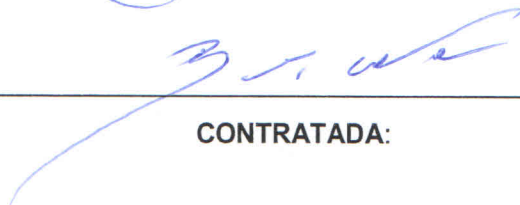
CLÁUSULA VIGÉSIMA – DO FORO

20.1 – Fica eleito o foro da sede da Seção Judiciária da Paraíba, com exclusão de qualquer outro, para dirimir questões decorrentes do cumprimento deste Contrato.

E, por estarem as partes, assim justas e contratadas, o presente Contrato foi lido e achado conforme na presença das testemunhas abaixo assinadas e firmado em 03 (três) vias, de igual teor e forma, para um só efeito.



CONTRATANTE:



CONTRATADA: